

Pais exigem fim da violência nas escolas

Jorge Cardoso

Pais, professores e alunos do Centro de Ensino 17 e das Escolas Classe 53, 55 e 56 da Expansão do Setor "O" se reuniram na manhã de ontem, na Escola Classe 53, para exigir segurança. Na semana passada essas quatro unidades de ensino foram vítimas de violência, entre assalto a mão armada, furto, arrombamento e destruição de material pedagógico. Revoltados com a situação, estudantes, organizados em uma comissão da comunidade escolar, foram até a Secretaria de Educação solicitar medidas emergenciais para garantir a continuidade das aulas até o final do ano.

A secretária de Educação, Josephina Baiocchi, lamentou os atos de violência e vandalismo que vêm acontecendo nas unidades de ensino, mas afirma que não é a escola que é violenta. "Ela é apenas uma vítima da sociedade local, que se revolta contra a sua condição de sobrevivência na miséria e na marginalidade". Josephina, após ouvir a comissão — que ameaçava não voltar às atividades normais enquanto não fosse tomada qualquer providência para amenizar a falta de segurança das escolas — determinou ao Departamento de Engenharia da Fundação Educacional que iniciasse, imediatamente, a construção de muros nestas unidades de ensino.

Josephina assegurou ainda que vai solicitar à Secretaria de Segurança um reforço no esquema policial alternativo que vem atuando nas escolas, enquanto permanece em fase de regulamentação o Batalhão Escolar. A comunidade reivindicou, também, o porte de arma para os vigias, alegando que sem arma eles ficam impossibilitados de impedir a ação dos assaltantes. A secretária, entretanto, explicou que isso é ilegal, pois a legislação permite o porte de arma apenas para firmas especializadas em segurança.

Demissões

A professora Maria Rosa de Matos, do Ciclo Básico de Alfabetização, frisou que várias colegas já estão pensando em pedir demissão se não conseguirem a remoção para outras unidades de ensino. "A situação é grave, não temos tranquilidade para trabalhar. Os marginais invadem a escola diariamente, entram nas salas de aula, jogam pedras, batem em alunos, roubam e nos ameaçam de morte", lamenta Maria Rosa, acrescentando que as escolas não dispõem nem de telefone para chamar a polícia nestas ocasiões. Coralina Maria Rodrigues, professora da 3ª série do 1º grau, por exemplo, disse que nunca sabe se vai voltar viva para casa quando sai para trabalhar, e por isso está pensando em se transferir de escola.

Mas não são só os professores que querem abandonar as escolas da expansão. Os alunos estão desanimados e muitos já não querem mais ir à aula. "Não consigo me concentrar. Toda hora fico pensando que vai entrar alguém na sala e me bater", conta Ricardo Martins, da 4ª série. Márcia Ferreira Duartes, da 3ª série, também só vai à escola quando a mãe ou um irmão mais velho pode levá-la.



Muitos estudantes foram às ruas, na Ceilândia, para pedir maior segurança nas escolas

Aluno usa arma na sala de aula

A violência que acontece nas escolas da Expansão do Setor "O" não é praticada apenas por estranhos à unidade de ensino. O aluno da 8ª série João Paulo Gonçalves Ferreira por exemplo, afirmou que só vai à escola armado. "Violência se vence com violência, se me ameaçam com um revólver 22 já tenho um 45 para dar o troco, caso contrário é surra e roubo todo dia", justifica o estudante.

Outra mostra da violência com a qual convive a comunidade escolar aconteceu ontem, quando a comissão de pais, professores e alunos saíram em um ônibus alugado, para ir à Secretaria de Educação reivindicar segurança nas escolas. Uma turma de estudantes, que também queria participar da comissão, começou a xingar os integrantes do grupo e jogar pedregulhos no carro.

A diretora do Centro de Ensino 17, Joana Célia de Oliveira, justificou a atitude dos alunos, afirmando ser um reflexo da revolta pela violência que vem acontecendo nas escolas.

"A princípio os assaltos e as brigas aconteciam do lado de fora da escola, mas chegamos a um ponto que a coisa ficou generalizada", resalta Olinda Gonçalves dos Santos, mãe de quatro alunos da Escola Classe 53. Olinda conta que há menos de 15 dias foi buscar o seu filho, Marcos Paulo Gonçalves, da 3ª série, na escola, e o viu ser esfaqueado. "Quando cheguei na porta da escola o moleque já estava com o canivete no rumo do coração do meu filho, foi por Deus que ele se salvou com apenas um corte no braço", conta Olinda.

Batalhão aguarda decreto

A implantação efetiva do Batalhão Escolar do Distrito Federal, destinado à segurança nas escolas públicas e particulares, está dependendo de um decreto do governador Joaquim Roriz criando o quadro dentro da Polícia Militar. Com o aumento do efetivo da PM, de 9 mil 854 para 11 mil 347, autorizado no mês passado pelo Presidente da República, a corporação já iniciou a formação dos novos policiais que vão integrar o Batalhão através de um concurso que está sendo realizado desde setembro e, durante essa semana, estarão abertas as inscrições para mais um concurso.

Segundo o relações públicas da PM, capitão Vítola, ainda não é possível definir em quanto tempo os novos policiais estarão aptos a assumir o serviço destinado ao Batalhão, estimando um período de nove meses entre as provas de sele-

ção dos concursos, o recrutamento e a realização de um curso profissionalizante. "Com a criação do Batalhão, porém, o efetivo atual já será mobilizado para a segurança nas escolas, durante a realização desses concursos", explica. Segundo Vítola, o projeto inicial de criação do Batalhão foi elaborado em novembro de 88 e recebeu a sanção do presidente depois de ser aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Rondas

Embora a criação do novo quadro da PM ainda dependa de um decreto formalizando-o, a corporação já vem realizando rondas escolares. Segundo Vítola, porém, a implantação definitiva do Batalhão permitirá um trabalho mais efetivo, com a utilização de 1 mil 493 homens — 222 policiais femininos e 1 mil 271 masculinos.

Aprovado calendário de 90

O Conselho de Educação aprovou ontem à tarde o calendário letivo das escolas da rede oficial do Distrito Federal para o próximo ano. As aulas começam no dia 12 de fevereiro e vão até 7 de dezembro, com 190 dias letivos e duas semanas de recesso durante o mês de julho.

Os professores devem estar nas escolas no dia 5 de fevereiro e no período que antecede o início das atividades poderá ser feita uma "segunda época" para os alunos que não foram aprovados, conforme o parecer do conselheiro Gildo Willadino, relator do processo. Se-

NOVAS DATAS

05 de fevereiro — apresentação dos professores
12 de fevereiro — início das aulas
14 a 29 de julho — recesso
07 de dezembro — fim das aulas
10 a 14 de dezembro — recuperação

Segundo previsões da Secretaria de Educação, o número de alunos em 90 deverá ser de 375 mil 79, 2,6% a mais que neste ano.